

O “modernizador dos sertões:” intelectuais brasileiros e as memórias de Delmiro Gouveia

Dilton Cândido Santos Maynard
Universidade Estadual de Alagoas

Este trabalho trata de construções e reconstruções da memória. A partir da análise de alguns escritos sobre Delmiro Gouveia, agroadustrial nordestino conhecido por diversos epítetos, como “rei das peles,” “modernizador do sertão” e “coronel dos coronéis,” analiso como ele aparece, de modo inconstante, nos debates sobre os rumos do Nordeste brasileiro. Após uma morte trágica, este personagem foi envolvido em narrativas sobre a modernização dos sertões e, em diferentes momentos, apontado como um mártir. Ao discutirem os motivos que justificariam o “atraso” das terras do “norte” brasileiro—permeadas pelo messianismo, pela seca, pela violência—diversos intelectuais enxergaram em Delmiro o exemplo redentor a ser seguido. Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Assis Chateaubriand, Oliveira Lima e Graciliano Ramos são os intelectuais considerados para as reflexões aqui presentes. Seguindo alguns dos seus escritos, sobretudo as crônicas, observo como se constituiu um núcleo a partir do qual a memória de Delmiro Gouveia tem sido constantemente remexida, ainda que permaneça nela a constante do “mártir civilizador.”

Começo por uma crônica de Graciliano Ramos (1892–1953), denominada “A propósito da seca,” escrita nos anos 30. Nela o autor avaliava as possíveis relações entre as secas no Nordeste e o parco desenvolvimento da economia regional. Segundo ele, o cidadão estrangeiro que não tivesse informações sobre o Brasil, que desconhecesse o país e lesse “um dos livros que a nossa literatura referente à seca tem produzido, literatura já bem vasta, graças a Deus, imaginaria que aquela parte da terra que vai da serra Ibiapaba a Sergipe, é deserta, uma espécie de Saara.” Como outros literatos e jornalistas, o autor não disfarça o descontentamento com as impressões negativas que a região transmitia. Atribuía isto ao trabalho dos ficcionistas do século XIX e criticava o

enfoque demasiado conferido à seca, em detrimento de outros fatores de penúria local: “certamente há demasiada miséria no sertão, como em toda a parte, mas não é indispensável que a chuva falte para que o camponês se desfaça dos filhos inúteis.” A seca, continua Ramos, “é apenas uma das causas da fome” (“A propósito da seca” 132).

O desconforto com o tema, com a idéia de um espaço de miséria e atraso econômico, inspirou letrados em defesas sobre as potencialidades da região. No século XX, esforço semelhante é percebido na construção de representações “positivas” para o Nordeste e seus habitantes,¹ através de crônicas, contos e romances que produziram alguns símbolos e heróis destinados a responder afirmativamente ao chamado dos “tempos modernos.” Um destes ícones indubitavelmente foi o Coronel Delmiro Gouveia. Uma visita a certas produções literárias do século XX evidencia a existência de referências que influenciaram diretamente na elaboração da memória deste personagem como um mártir, algo depois solidificado a partir de eventos celebrativos ligados ao seu centenário de nascimento. De início, porém, é conveniente uma breve apresentação do personagem que se tornou o centro das atenções de tantos intelectuais.

Nascido em 1863, em Ipú (CE), criado no Recife, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia era, conforme um dos seus mais conhecidos biógrafos, “fisicamente forte, corpo cheio, notadamente o tronco, mas bem proporcionado, com a estatura de mais ou menos 1,75 metro, um tanto elevada, para o comum dos nortistas” (Martins 92). Órfão de pai e, após a morte da mãe, em 1875, ocupou diversos empregos: foi aprendiz de tipógrafo, auxiliar numa mercearia, despachante de barcaças, funcionário da Brazilian Street Railways, caixeiro viajante. Trabalhando na Levi & Cia, exportadora de couros, Gouveia negociou com comerciantes norte-americanos. Em meio aos negócios aprendeu a manejar algo do inglês e do francês. Após certo tempo, viajou a Nova York e de lá voltou como único responsável pela exportação de peles no Nordeste. O sucesso nos negócios lhe rendeu fortuna e o apelido de “Rei das Peles.” Com o dinheiro obtido na venda de couros, Gouveia diversificou seus investimentos e estabeleceu duas outras grandes empreitadas: a Usina Beltrão (pioneira no fabrico de açúcar em tabletes) e o Mercado Coelho e Cintra, o Mercado do Derby, este último considerado o primeiro supermercado do Brasil. O Derby chamou atenção da imprensa recifense porque, se durante o dia abrigava pontos comerciais com produtos mais baratos, à noite

era um espaço dedicado à diversão, dotado de velódromo e iluminação elétrica. Conhecido como “O Derby de Delmiro,” o mercado foi lembrado por um contemporâneo da seguinte maneira: “Qual foi o empenho do Coronel Delmiro em emprender tão importante obra? Abrilantar a cidade, proporcionar commodos a mais de 100 famílias, melhorar a vida do pobre” (Freyre, *O Velho Félix* 121).

Além de impressionar por sua proposta arrojada para o Derby, Gouveia transformou a sua residência, a “Vila Anunciada” (assim batizada em homenagem à sua primeira esposa), num espaço para grandes festas e saraus. Mesmo sem vir de família tradicional, ele tornou-se Presidente da Associação Comercial de Pernambuco. O também cearense ditou moda com os “colarinhos Delmiro Gouveia,” um jeito de vestir que ele parece ter inaugurado no Recife. A fama de negociante próspero logo foi acompanhada pela de galanteador. Delmiro enviava rosas e bilhetinhos apaixonados às amantes.

Porém, intrigas políticas e o incêndio—ao que tudo indica—criminoso do Derby, em 1900, a falência que decretou, além da ameaça de prisão pelo rapto da neta do desembargador e ex-governador de Pernambuco Sigismundo Gonçalves, Carmela Eulina do Amaral Gusmão, moça por quem se apaixonou, na época ainda menor de idade, levaram Delmiro a fugir, em 1902, para o sertão alagoano, região na qual possuía aliados de certa influência política. Ali, fixou-se na Vila da Pedra.

Do vilarejo Delmiro restabeleceu seus contatos comerciais, obteve subsídios estatais, empréstimos bancários e, em pouco tempo, reergueu sua fortuna. Num curto intervalo, Gouveia fundou nova firma (a IONA & Cia, com sede em Maceió) e ordenou a construção da usina hidrelétrica de Angiquinho—primeira experiência deste tipo no Baixo São Francisco, através da cachoeira de Paulo Afonso. Com a energia obtida, pôde então criar a Companhia Agro-Fábrica Mercantil (CAM), experiência inédita no Brasil com linhas de costura. Implantou uma Vila Operária, na qual habitavam milhares de trabalhadores, gente que se via obrigada a seguir rígidos ditames sobre horários, moral e bons costumes. Ali, na noite de 10 de outubro 1917, enquanto lia jornais na varanda do seu chalé, Delmiro foi morto com dois tiros. Após a prisão, poucos dias após o crime, três sertanejos foram obrigados, depois de muita tortura, a confessar o crime, e o caso foi dado como encerrado. No ar, ficou a suspeita de que o assassinato fora encomendado por pessoas ligadas ao grupo inglês da “Machine

Cotton,” *trust* que, naqueles dias, realizava férrea campanha para comprar a fábrica de Delmiro e retomar o monopólio no negócio de linhas. Delmiro negava-se a vender a Companhia que, anos após a sua morte, foi finalmente adquirida pelos britânicos. Os novos donos chocaram a população da Pedra. Ocorre que diversas máquinas da CAM foram quebradas e jogadas no leito do rio São Francisco. E, a partir daí, conforme o já citado Graciliano Ramos, “um profundo esquecimento cobriu Gouveia” (“Recordações” 116).

Acompanhando esta idéia de um eclipse na memória de Gouveia, lançada não apenas por Graciliano, diversos intelectuais se empenharam em transformá-lo num “mártir.” É importante observar que antes do escritor alagoano, outros já haviam mencionado acontecimentos da vida de Delmiro, considerado-o um desbravador a ser celebrado. Ainda nos anos 10, Oliveira Lima e Assis Chateaubriand, intelectuais conhecidos e influentes, escreveram sobre Delmiro, classificando-o como um contraponto ao sertanejo imerso no atraso, no fanatismo religioso e na violência. A diferença entre estes dois e Graciliano está, entre outras coisas, no fato de que eles produziram reflexões sobre alguém a quem conheceram pessoalmente. Num texto de setembro de 1917, escrito em Parnamirim (PE), dias após a visita que fizera à Pedra, Oliveira Lima, o “Dom Quixote Gordo,” registrou suas impressões sobre Gouveia e as intervenções por ele comandadas. Suas memórias sobre a excursão estão recheadas de elogios ao anfitrião e de admiração pelas mudanças sofridas na paisagem sertaneja.

Oliveira Lima, então diplomata aposentado, elogia inicialmente o pioneirismo de Delmiro escrevendo: “À rara iniciativa de um patrício nosso cabem a honra e o mérito de ter iniciado o aproveitamento dessa fonte excepcional de energia e progresso industrial” (427). Conforme Lima, Gouveia teria agido sozinho e sem excessos, dando mostras dos méritos da iniciativa particular. A sua descrição do vilarejo ressoará em trabalhos de outros narradores da vida de Delmiro, textos que manterão um fértil diálogo com uma tradição interpretativa que o ex-diplomata ajudou a estabelecer:

Na vila operária reinam a ordem, o asseio e pode-se dizer o conforto (sic). As casas são todas iguais para se notar diferença nas posses dos que as ocupam. Cada quarteirão é ligado por um alpendre corrido, e cada habitação se compõe de quatro aposentos: salinha de frente, quarto de

dormir, salinha de trás para as refeições e cozinha. A mobília varia segundo os haveres dos moradores. Nalgumas casas vi mobílias austríacas; noutras apenas uma mesa, escabel e baús. Em todas ou quase todas uma máquina de costura. (430)

A disciplina e as preocupações com a higiene e a saúde causaram impacto no embaixador. Diferente de outros lugares, ali havia um médico, certo “Dr. Maciel,” que “vence 1 conto de réis por mês e tem ordem de não poupar despesas para curar qualquer operário da fábrica.” O espanto de Oliveira Lima continua quando ele constata a existência de cirurgião-dentista e alfaiates: “Não vi, quer nas oficinas, quer nas ruas, um homem descalço ou de chinelos, uma mulher desgrenhada ou de dentes sujos.” Indubitavelmente os olhos de Oliveira Lima leram a Pedra através de um prisma europeu. E justamente por conta desta referência, ele sentencia: “Não é em todos os países da Europa, somente naqueles de proverbial asseio e boa ordem, que poderemos deparar com espetáculo igual” (431).

Conforme o pensador pernambucano, a vila da Pedra era um cadinho de culturas manejado com maestria por Delmiro Gouveia. Tais descrições da Pedra como um “cadinho” e um edifício moral ou ainda como “um simples que é tudo” não cairão no vazio. Posteriormente transformado numa das referências para a descrição sobre a Pedra, Oliveira Lima imprimiu a concepção de que ali no sertão nordestino, mesmo em tempos de guerra, vigorava uma mistura harmoniosa de outras nacionalidades, sobretudo européias, que se fundiam nos empreendimentos de Gouveia:

O sócio do coronel Delmiro é um italiano de Trieste; italiano é um engenheiro principal da usina elétrica, que tem sob suas ordens um chefe de máquinas alemão e um empreiteiro português; o gerente técnico da fábrica é inglês, o electricista suíço-alemão, o mestre de tinturaria inglês que praticou na Alemanha. O espetáculo é uma miniatura do Brasil como deve de ser e tem de ser, um Brasil sem ódios de raça, nem de nacionalidade, nem de política, um Brasil cadinho de todos os povos e campo de trabalho para todas as capacidades. (435)

Seguindo de perto a tendência dos seus dias, Oliveira Lima enxerga em Londres o centro civilizatório a ser emulado. E a vila não parece longe de atingir tal objetivo. Afinal de contas, ele escreve, ali “os princípios de boa educação abrem brecha nos usos mais enraizados: nenhum dos empregados come com os dedos e raros são os que levam a faca à boca. Quase todos comem com o garfo, como a gente fina.” O “Dom Quixote” não consegue esconder a empolgação ao registrar: “É gente essa que também toma chá e talvez o prefira ao café: nos armazéns vi pilhas de latas de chá Lipton. Parece Londres em pleno sertão” (431).

Operários que tomam chá. A força da imagem lançada pelo ex-diplomata surpreende, se observarmos que ele concebe o produto (Lipton) como um índice civilizador (e havia pilhas de chá na Pedra), afastando os sertanejos de uma bebida aparentemente mais comum ao hábito nacional—o café. Assim, através das palavras de Oliveira Lima surge a Pedra, espécie de Londres sertaneja a se contrapor, nos corredores da imaginação, ao mundo de violência e messianismo que predominava nas representações sobre o sertão. Delmiro Gouveia permitia a Oliveira projetar um outro tipo de mundo sertanejo, um lugar livre do cangaço, da jagunçada e dos beatos. “Aos que só imaginam essa região povoada de jagunços e cangaceiros criminosos, ele [Delmiro] mostra que aqueles elementos de desordem podem ser aproveitados e transformados em elementos de cultura.” Para tanto, era preciso apenas que o sertanejo fosse tratado “um pouco como criança, mercê de sua ignorância, um pouco como adulto, mercê da sua natural agudeza” (437). Tomando os domínios de Gouveia como espaço modelo, Oliveira Lima escreveu: “O mais interessante é que esse espetáculo se nos oferece a 40 léguas de Canudos e a 70 do Juazeiro do Padre Cícero” (437). Tal qual Canudos e Conselheiro, Juazeiro e Padre Cícero se tornaram termos próximos à barbárie no sertão.² As lutas políticas e o fervor religioso capitaneado pelo clérigo alimentaram muitos dos intérpretes da região que, com exemplos tão “negativos,” parecia destinada a um contínuo atraso. Porém, observa Lima, Pedra não está distante destes lugares. Sendo assim, o que explicaria, em zonas tão próximas, respostas tão dessemelhantes? Ora, para Lima, Gouveia teria procedido “[. . .] com um tino, um senso psicológico, um espírito de tolerância e de penetração de que infelizmente não deram prova nossos governantes ao lidarem com o caso de Canudos.” Todavia, o ex-diplomata, que não escondia a sua

simpatia pelo monarquismo, atribuiu às autoridades republicanas a responsabilidade pelas mortes no sertão baiano. Enquanto Gouveia combateu o fanatismo com trabalho, arquitetando um povoado que em certos aspectos acabava “fazendo lembrar as cidades alemãs,” as autoridades brasileiras “liquidaram pela brutalidade e pela crueldade” ao povo de Canudos, “quando esse incidente de patologia social apenas requeria moderação e brandura” (Lima 433–4).

Portanto, é com otimismo que Oliveira Lima analisa a obra civilizadora de Delmiro Gouveia. Iniciativas como as existentes em Pedra mereciam elogios, pois ajudavam a colocar o país nas trilhas do desenvolvimento, promoviam a modernização de uma nação que buscava o progresso. Os problemas que ela apresentava seriam sanados com o tempo. As intervenções levadas a cabo por Gouveia promoveriam um vigoroso processo de conscientização política entre os sertanejos. Tal conscientização atingiria tanto as elites rurais quanto os camponeses. O primeiro grupo, do qual Gouveia parece ser um representante exemplar na ótica de Lima, agiria de maneira mais cordial, preocupando-se com a educação das massas. Os camponeses, adquirindo novos hábitos, se tornariam em pouco tempo cidadãos melhores, educados, civilizados. O mais importante, aos seus olhos, era ver no interior do Brasil, nos sertões, uma cidade onde embora ainda não existisse uma Igreja, já havia banheiros exclusivos para homens e mulheres.

Ao que tudo indica, o que ocorreu nestes tempos configura uma memória ainda desarticulada, presente em menções, em textos isolados, em ecos sem grande força. O “rei das peles” era lembrado, mas de forma ocasional, bissexta. Porém, nos anos de 1960, na esteira das comemorações pelo centenário de nascimento do comerciante cearense, uma série de trabalhos biográficos aparecerá. Através destas obras Delmiro foi tomado para contradizer a idéia do Nordeste de arcaico e de insignificância no desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, foi citado como exemplo nos debates sobre a industrialização no sertão. Portanto, é possível dizer que a emergência de Gouveia como um “disciplinador de homens” antecede a tais elogios biográficos. Precedido por referências esparsas de intelectuais do porte de Oliveira Lima e Graciliano Ramos, o projeto de reconstrução da memória de Delmiro rompeu as fronteiras regionais graças, entre outras coisas, a uma vigorosa contribuição de inúmeros letrados. E, ao contrário do que escreveu o autor de *Vidas Secas*, não parece ter havido um esquecimento tão agudo em torno de Delmiro Gouveia. Vejamos.

Conhecido como o homem que introduziu a luz elétrica e o automóvel no Sertão, Delmiro foi elogiado pelos jornais já nos dias seguintes à sua morte. O assassinato, noticiado em grandes periódicos como o *Jornal do Commercio* e *Revista da Semana*,³ motivou palestra do médico Plínio Cavalcanti na Sociedade Nacional de Agricultura no Rio de Janeiro, ainda em outubro de 1917. Depois, nos anos 20, sua morte foi uma das justificativas para conferir à Fábrica da Pedra a marca de um empreendimento nacional que sofria concorrência desleal e, portanto, legitimar as medidas protecionistas assinadas pelo então presidente Arthur Bernardes (Decreto 17.383, 19 de julho de 1926). Ainda nos anos 20, é possível identificar outros exemplos da persistência de Gouveia nas referências ao sertão brasileiro. A imagem de Delmiro como um modernizador aparece no romance *Macunaíma* (1928). Após narrar as aventuras de um personagem singular, o autor não deixou o seu preguiçoso herói “pousar” na Vila da Pedra:

Então Macunaíma não achou mais graça nesta terra. Capei bem nova relumeava lá na gupiara do céu. Macunaíma cismou ainda indeciso, sem saber si ia morar no céu ou na Ilha de Marajó. Um momento pensou em ir morar na cidade da Pedra com o enérgico Delmiro Gouveia, porém lhe faltou ânimo. Pra viver lá, assim como tinha vivido era impossível. Até era por causa disso mesmo que não achava mais graça na terra... Tudo o que fora a existência dele apesar de tantos casos tanta brincadeira tanta ilusão tanto sofrimento tanto heroísmo. Afinal, não fora sinão um se deixar viver: e para viver na cidade do Delmiro ou na Ilha de Marajó que são desta terra carecia de ter um sentido. E ele não tinha coragem pra uma organização. Decidiu: “—Qual o quê! [. . .] quando urubu está de caipora o de baixo caga no de cima, este mundo não tem jeito e vou pro céu.” (*Macunaíma* 157)

A “cidade do Delmiro” aparece assim como lugar da disciplina. Um espaço que se distancia, portanto, das representações do sertão como palco de desordem. Seria um *habitat* pouco adequado para alguém como o “herói sem nenhum caráter” de Mário de Andrade (1893–1945). Contudo, a apropriação de Gouveia como contraponto a Macunaíma merece reflexão. É possível entender a presença de

Delmiro, menos de 10 anos após a sua morte, referenciado em um dos maiores clássicos da literatura brasileira? Certamente não será como um discurso de louvor ao Nordeste. Afinal de contas, Andrade procurou afastar de si o discurso regionalista. Daí a sua afirmação de que um dos seus objetivos foi “desrespeitar lendariamente” tanto a geografia quanto a fauna e flora geográficas. Em *Macunaíma*, espaços e expressões regionalistas aparecem misturados. Deste modo, ele escreveu que “desregionalizava o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de conhecer literariamente o Brasil como entidade homogênea” (“Prefácio”). Macunaíma a todo tempo repete: “Ai . . . que preguiça!” A expressão vai de encontro ao trabalho ético, à disciplina, valores que Delmiro Gouveia, chamado por Mário de “grande cearense,” parecia encarnar para o intelectual paulista. Deste modo, ao posicionar Gouveia no clímax do livro, como uma das alternativas para seu anti-herói, Mário contrapõe o espírito aventureiro do brasileiro a uma experiência aparentemente isolada de culto à disciplina, ao trabalho.⁴

Diferente do que fez com seu mais famoso personagem, Andrade descreve Delmiro como “gênio da disciplina,” homem que “lixava as operárias da fiação que iam para o trabalho sem lavar a cara, ou os padres que apareciam na Pedra tirando as esmolas pra coisas longínquas” (“O grande cearense” 42). Se Macunaíma foi embora por não suportar esta terra, Gouveia foi morto porque esta terra não o suportava. Para o escritor, Delmiro era uma espécie de “[. . .] dramático movimentador de luzes [. . .] dentro do noturno de caráter do Brasil.” Daí o seu fim trágico: “[. . .] teve o fim que merecia: assassinaram-no. Nós não podíamos suportar esse farol que feria os nossos olhos gestadores de ilusões, a cidade da Pedra nas Alagoas.” Assim, o aspecto trágico da morte de Delmiro surge nas palavras de Mário de Andrade aparentemente como uma legítima punição a um indivíduo transgressor. De acordo com a correspondência e com os diferentes prefácios de Andrade para o seu livro (que findou sendo publicado sem nenhum), *Macunaíma* foi escrito em poucos dias, entre 16 e 23 de dezembro de 1926, depois ampliado em 1927. Na verdade, o autor conheceu a obra *Von Roraima Zum Orinoco* (De Roraima para Orenoco) do filólogo, geógrafo e historiador alemão Theodor Koch-Grünberg⁵ e, segundo ele, dela se apropriou, principalmente do seu segundo volume, à maneira dos cantadores nordestinos “[. . .] que compram no primeiro sebo uma gramática, uma geografia, ou

um jornal do dia, e compõem com isso um desafio de sabença, ou um romance trágico de amor, vivido no Recife.” Daí, Andrade afirmar no *Diário Nacional* de 20 de setembro de 1931: “Isso é o Macunaíma e esses sou eu.” Portanto, Mário situa a sua criação como um produto quase artesanal, resultante de colagens diversas, de costuras culturais, classificando a si mesmo como alguém de tão múltiplas faces quanto o herói da sua rapsódia que, ainda assim, finda sendo uma espécie de herói-síntese, “[. . .] altamente complexo, pois nele se acumulam caracteres heteróclitos, que se superpõem, muitas vezes sem um traço comum que facilite a evidenciação” (Proença 10). Mário seguiria, então, segundo as suas próprias palavras, uma metodologia que o aproximava do cantador sertanejo, do cordelista que antropofagicamente prepara o seu texto.

Também reunindo contradições em torno da sua personalidade, Gouveia parece ter mesmo impressionado Mário de Andrade. Afinal de contas, cabe lembrar que o cearense foi, ele mesmo, aos 39 anos, personagem de um “romance trágico de amor” iniciado no Recife—“trágico” pelas conseqüências trazidas para Delmiro, perseguido pela polícia pernambucana, ameaçado pelos parentes da moça (menor de idade nos tempos iniciais do namoro), alvo dos comentários da sociedade recifense e, possivelmente, tema de alguns cordelistas. Não é improvável que o escritor, no ímpeto de “conhecer literariamente o Brasil,” tenha encontrado menções a Delmiro em meio a trovadores e periódico nordestinos. Afinal de contas, Gouveia volta e meia freqüentava as páginas dos jornais e revistas (não é corriqueiro alguém ameaçar um vice-presidente da República de bengala em punho, em plena Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, como ele fizera em 1899). O seu assassinato, como vimos, foi noticiado em inúmeros veículos de comunicação.

Por outro lado, se voltarmos a ler o excerto de *Macunaíma* e seguirmos um pouco mais adiante, ficaremos sabendo que o herói andradiano decide ir para a lua e ser “[. . .] o brilho bonito mas inútil porém de mais uma constelação” (157). Afinal de contas, o que significa ir para a lua? Segundo Cavalcanti Proença, podemos considerar esta opção pelo “brilho inútil” da lua como uma metáfora sobre as conclusões tiradas pelo herói da análise da vida que teve na terra. Indo para a lua, Macunaíma “[. . .] continuaria a brilhar, embora sem finalidade nem seriedade, nessa vocação para o brilho puro, sem calor, que Mário de Andrade censurou tantas vezes nos artistas brasileiros” (Proença 15). Em 1928, o próprio Mário, numa

das suas muitas cartas a Carlos Drummond de Andrade, exorta o amigo a não “viver o brilho intenso das estrelas,” mas “tentar São Paulo” e escreve: “[. . .] quem sabe se o contato com uma cidade de trabalho, no meio nosso dum trabalho cotidianizado e corajoso, você tem coragem pra uma organização e abandona essa solução a que Macunaíma chegou” (*A Lição do Amigo* 133). A falta de “brilho” (ou, se acompanharmos a argumentação de Mário, de um ambiente dominado pelo trabalho), torna o herói andradiano dono de um triste fim. O uso desta alegoria é recorrente, se considerarmos que Gouveia é lembrado pelo modernista como “faroleiro.” A carência desta luz, deste brilho tão útil, tem como corolário um destino quase tão trágico para o herói da rapsódia quanto aquele reservado ao próprio cearense, por quem Mário revela interesse em passagens efêmeras de crônicas e correspondências. Uma destas manifestações de apreço aparece nas reminiscências de uma excursão.

Entre dezembro de 1928 e março de 1929, Mário de Andrade realizou a sua segunda “viagem etnográfica.” Na primeira, visitara a região do Amazonas e do Peru. Agora, a nova empreitada contemplava também regiões do Nordeste. Na ocasião, inclusive, passou pela Ilha de Marajó que, em *Macunaíma*, colocou curiosamente próxima à Pedra. Esta viagem foi importante para Andrade. Entre as suas memórias, ficou a de uma conversa em meio ao Atlântico, lembrada anos depois em um texto para o *Diário de São Paulo*: “[. . .] um homem do Pará sucede ter convivido muito com Delmiro e conversamos sobre o grande cearense” (“O grande cearense” 42). Quais os traços deste personagem foram narrados para Andrade por seu companheiro de viagem naquele dia lembrado como “feito” e de mar indócil? Um deles certamente foi o *ethos* disciplinador de Gouveia. E Andrade parece ter se divertido com o que ouviu: “[. . .] falaram que Delmiro Gouveia era perverso, era não. Meu companheiro afirma que esse Antônio Conselheiro do trabalho não mandou matar ninguém” (“O grande cearense” 42). O escritor registrou ainda: “Delmiro costumava falar que brasileiro sem sova não ia, e por sinal que sovou e mandou sovar gente sem conta, bem feito” (“O grande cearense” 42). Não bastasse isto o autor paulista amplia a sua ironia: “[. . .] a arma dele era principalmente o chicote que manjava como artista de circo. E tinha birra de mulher fumante” (“O grande cearense” 42). Andrade descreve as intervenções de Delmiro como únicas e contraditórias, experiências que não deveriam ser esquecidas. Apesar da violência,

satirizada pelo autor que comparava o negociante a um hábil artista circense, o processo civilizatório lançado por Gouveia nas Alagoas chamava a atenção do intelectual. As intervenções do cearense nos hábitos dos moradores eram bem vistas, pois a cidadezinha alcançou uma “perfeição de mecanismo urbano como nunca houve igual em nossa terra.” O controle sobre os hábitos da população sertaneja só atestava o *ethos* modernizador de Gouveia: “Si um menino falhava na aula, Delmiro mandava chamar o pai pra saber o por quê. Chegou a despedir os pais que roubavam os dias de estudos aos filhos, por algum servicinho.” Esta passagem de Andrade insere o agroindustrial numa perspectiva diferenciada entre os donos de terra tipicamente presentes em romances regionalistas. Na perspectiva de Mário, Delmiro destoa, por exemplo, das idéias defendidas por um dos personagens mais conhecidos de Graciliano Ramos—Paulo Honório, o indiferente senhor das terras de *São Bernardo*:

Efetuei transações arriscadas, endividei-me, importei maquinismos e não prestei atenção aos que me censuravam por querer abarcar o mundo com as pernas. Iniciei a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. (49)

Embora o próprio Delmiro seja mencionado pela personagem, a distância entre eles fica evidente no romance. Paulo Honório não quer escolas, médicos, roupas, higiene e banheiros (que tanto impressionaram Oliveira Lima) para os trabalhadores. Nada disto. Ao ironicamente situá-lo entre Delmiro e Henry Ford, Ramos sinaliza para uma concepção do cearense como um modernizador. Paulo Honório, embora seja comparado a Gouveia (que, como o dono de S. Bernardo também abriu estradas) e a Ford, não demonstrou grande preocupação com intervenções nos hábitos dos trabalhadores, em controlar a moral dos seus subordinados, em promover melhorias para a gente que rodeava a sua fábrica. Se acaso isto ocorre na obra, não parece ser uma preocupação central para Honório, algo que caracterizasse fundamentalmente a personagem. Ao contrário do Delmiro, que policiava os passos de pais e filhos operários, Paulo Honório pouco se importa com a gente do campo, com os seus empregados. Vejamos

a maneira com que o fazendeiro refere-se a um trabalhador enfermo: “Uma doença qualquer, e é isto: adiantamentos, remédios. Vai-se o lucro todo. [. . .] Mas não tem dúvida: mande o que for necessário. Mande meia cuia de farinha, mande uns litros de feijão. É dinheiro perdido” (*São Bernardo* 111).

A rápida menção feita ao agroindustrial em *São Bernardo* apenas sugere Gouveia como uma referência civilizadora para Graciliano. Um texto posterior nos convida a refletir sobre as contribuições do mesmo Graciliano na arquitetura de Delmiro Gouveia como um mártir modernizador. Em sua crônica “Recordações de uma indústria morta,” originalmente publicada na revista *Cultura Política*⁶ em agosto de 1942 e presente na obra póstuma *Viventes das Alagoas*, Graciliano Ramos narra que, em Pedra, Delmiro “estirava uma autoridade sem limites” (115). A cidade, que em 1952 ganharia o nome do comerciante cearense, foi descrita da seguinte maneira:

[. . .] arame farpado cercava a fábrica e a vila operária. E os agentes do Governo, funcionários da prefeitura, soldados de polícia, detinham-se nas cancelas, porque lá dentro não eram precisos. Estava tudo em ordem, ordem até excessiva, as casas abrindo-se e fechando no horário, os deveres conjugais observados com rigor, o cinema exibindo fitas piedosas, as escolas arrumando nas crianças noções convenientes. Apito de manhã, apito ao cair da noite, instrumentos e pessoas em roda viva, tudo melhorando, a procura superior à oferta. (“Recordações” 115)

O excerto acima oferece mais indícios sobre a concepção que Graciliano estabelece de Gouveia. Apesar de delinear o negociante de peles como um modernizador—algo evidenciado pelo apito da fábrica, pela vila operária—Ramos insinua excessos de Delmiro. Assim, se há um mártir nas palavras do escritor alagoano, trata-se de alguém contraditório. Temos, na crônica sobre a “indústria morta” de Delmiro Gouveia, uma leitura menos apologética do seu fundador. Contudo, a compor o oxímoro recorrente nos narradores da vida de Delmiro, há no texto um indisfarçável elogio ao pioneirismo do “caboclo.” A mesma cidade de escolas com noções convenientes é cercada de arames farpados; se há rigor no cinema e nos deveres conjugais, sabe-se que as pessoas se misturam aos instrumentos em roda viva.

Vale lembrar que Graciliano viveu em Palmeira dos Índios, no agreste alagoano, a 190 km da Pedra. Antes de ser um escritor famoso, o autor de *São Bernardo* chegou a ser prefeito da cidade (1928–1930). Palmeira era a “porta” para ligar o litoral ao sertão alagoano. Em meados dos anos 10, o futuro escritor se viu forçado a retornar para a pequena cidade. Os negócios da família exigiam a sua atenção. De volta à Palmeira, Ramos certamente ouviu relatos sobre os empreendimentos de Gouveia. Observador atento do cotidiano da cidade, ele talvez até tenha visto Delmiro e seus cinco automóveis, em carreata, impressionarem os habitantes da cidade quando, por volta de 1915, o cearense resolveu se exibir com as máquinas até então inéditas por aqueles lados das Alagoas.

Conjecturas à parte, na descrição de Ramos, a cidade da Pedra aparece como espaço que atestava a viabilidade do sertão, a necessidade de explorar as águas do rio São Francisco. Delmiro é um anunciador desta viabilidade, pois foi “[. . .] numa cachoeira notável, mencionada sempre com respeito, admiração e inércia” que o barulho das turbinas foi “[. . .] acordar alguns cavalos da manada que lá dormia o sono dos séculos” (“Recordações” 115). Cabe lembrar que o texto de Graciliano destinava-se a uma publicação oficial do Estado Novo. *Cultura Política* deveria reunir intelectuais das mais diferentes tendências para a produção de textos sobre a Nação. A ênfase nestes tempos recaía sobre escritos referentes à “realidade nacional;” abordagens que mostrassem a falência do liberalismo; as mazelas da Primeira República, contrapondo-as aos avanços do regime oficialmente implantado em 1937.

Esta busca pela “realidade nacional” na literatura alimentava a preocupação em estabelecer o olhar sociológico em diversas publicações. Os novos tempos pediam que o intelectual saísse da sua “torre de marfim” e contribuísse na tessitura de um novo ambiente, que reunisse o mundo da cultura (espaço dos homens de pensamento, os intelectuais) ao mundo da política (espaço dos homens de ação, os políticos). É emblemática desta estratégia incorporadora de intelectuais ao projeto estadonovista a eleição de Getúlio Vargas para a Academia Brasileira de Letras, em 1943 (Velloso, *Os intelectuais* 11). Neste plano interpretativo da realidade nacional, os ideólogos do Estado Novo elegeram Euclides da Cunha (1866–1909) como uma espécie de patrono das letras. A sua interpretação científica é tomada como exemplar. A discussão sobre as interferências no interior do

Brasil e sobre a arte de narrar a trajetória da história brasileira via-se, assim, envolta na perspectiva euclidiana. Mas, ao mesmo tempo, era importante afastar a pátina do atraso brasileiro. Neste contexto, cabia evidenciar que os focos da mudança estavam por toda parte. Ao narrar as diferenças regionais, os intelectuais se esforçaram para apontar ícones de um desenvolvimento que, se não era ainda efetivo, existia potencialmente (Velloso, *Os intelectuais* 10).

É possível dizer que tanto na ótica de Mário de Andrade, quanto na de Graciliano Ramos, Delmiro é circundado pelo halo civilizatório. E, deste modo, a memória configurada acerca dele é a de um arauto da mudança, herói-síntese da modernização redentora. Mas, ao contrário de Andrade, que ironizava a sociologia classificando-a como a “arte de salvar rapidamente o Brasil,” Graciliano parece mais próximo de uma perspectiva euclidiana ao observar um processo efêmero de ascensão e queda do sertão industrial. Pelo que assevera o escritor alagoano, os feitos de Delmiro representam uma experiência proveitosa apagada da memória local. Esquecimento que, segundo ele, “[. . .] amortalhou a indústria aparecida com audácia no sertão, entre imburanas, catinqueiras, rabos-de-raposa e coroas-de-frade” (“Recordações” 116). Além desta evidente referência ao eclipse de Gouveia e sua obra, se o texto de Ramos pode ser visto como um elogio ao coronel, ele também sugere contradições ao descrever um tempo e um lugar no qual “[. . .] estava tudo em ordem, ordem até excessiva.” Em dias de Estado Novo, este sutil comentário que escapa na crônica sugere uma visão menos idealizada de Gouveia e, talvez, dos próprios tempos em que vivia Graciliano.⁷

A crônica acima mencionada apresenta curiosas alegorias, ao falar sobre uma “manada de cavalos” a ser despertada por Gouveia para a indústria. Mas simultaneamente sabe-se que, apesar do despertar, há arame farpado a deter o entra-e-sai das pessoas. Deste modo, embora muitas vezes apareça de forma quase ocasional, Delmiro é frequentemente chamado para exemplar quando as descrições se referem ao potencial do Nordeste. Daí a afirmação sobre a “malícia cabocla” feita por Graciliano. Graças a esta habilidade, o sertanejo chamado Gouveia “[. . .] saiu da capoeira, estabeleceu-se na cidade, passou a infligir a criadores e intermediários as regras a que se havia sujeitado em tempos duros” (Ramos, “Recordações” 113).

Este mito civilizador, urdido entre os literatos, talvez deva muito da sua força à escrita de Assis Chateaubriand (1892-1960). Pouco depois

de visitar a Pedra, em 1917, Chatô escreveu: “Será possível conseguir do Brasil Sertão alguma coisa de profícuo? Pedra responde afirmativamente a esta pergunta e de um modo decisivo e singular” (3). Porém, é preciso situar a fala de Chateaubriand. O jornalista paraibano movimenta sua escrita dentro de um trauma ainda recente à sua época—o movimento de Canudos e os sangrentos combates dele conseqüentes. Gouveia e seus empreendimentos—o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, uma fábrica em pleno sertão, uma cidade com energia elétrica, água encanada, escola e “polícia” sempre vigilante, regulando os costumes—emergem como uma espécie de profilaxia à volta de fenômenos messiânicos. Chatô, que visitara a vila ao lado de Oliveira Lima, afirmou ainda: “Pedra começa a resgatar o assalto de Canudos, incorporando a cidade à civilização” (3).

Não por acaso, este texto de Chateaubriand foi batizado de “Uma resposta a Canudos.” O autor elogiava a ação de Delmiro, que lutava contra “[. . .] a ignorância, o fanatismo religioso” utilizando “[. . .] máquinas, engenhos de indústria humana, que em vez da morte e da destruição, ensinam o sertanejo e o jagunço o trabalho fecundo que educa, civiliza e aperfeiçoa” (3). Assim, o Hércules-Quasímodo euclidiano seria, então, suplantado por um sertanejo moderno, civilizado. O artigo fez com que o próprio negociante escrevesse carta ao jornalista, agradecendo os elogios recebidos: “Doutorzinho, você sabe escrever tão bonito da gente que este pobre matuto nem tem como agradecer-lhe. Aqui houve sertanejo que chorou” (Morais 94–95). Exatamente um mês após a publicação do texto de Chateaubriand, Delmiro foi assassinado. Alguns parágrafos acima vimos que a viagem de Mário de Andrade pelo Brasil, por ele mesmo denominada de “etnográfica,” foi fundamental para uma série de escritos daquele intelectual. Ao remexer nas lembranças das viagens e narrar a sua conversa com um paraense, o escritor paulista se reencontrou com o “Antônio Conselheiro do Trabalho.”⁸ Uma pergunta a ser feita: Mário teria lido o artigo de Chateaubriand? Possivelmente. Assinando diferentes colunas jornalísticas e ávido escritor de cartas para destinatários como o poeta pernambucano Manuel Bandeira e ao mineiro Carlos Drummond de Andrade, o autor de *Paulicéia Desvairada* não deve ter deixado passar despercebido o texto de Chatô. Porém, a sua concepção é diferente daquela estabelecida pelo jornalista paraibano. Enquanto em Chatô circulam estereótipos antagonísticos (o beato e o modernizador), Mário reúne estas duas figuras e atribui a elas uma

nova função: evangelizar pelo trabalho. Levar a luz civilizatória ao interior do país através da disciplina e do mundo produtivo.

O que nos dizem estas duas referências, distantes entre si não apenas cronologicamente, mas também em sua perspectiva? O que tais menções podem nos dizer sobre Canudos, o sertão e Delmiro? Ao que tudo indica, os estereótipos sobre o sertão envolvendo o cangaço, o coronelismo, a seca e o messianismo foram repertórios que muitos intelectuais tomaram para discutir os rumos da região. O peso de um livro como *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha, nestes tempos, é praticamente inegável. Conselheiro e seus seguidores aparecem como uma mácula, um obstáculo a ser superado no projeto de modernização pelo qual deveria passar aquele espaço.

Por sua vez, aparecendo em diversos escritos como “modernizador dos sertões,” Delmiro Gouveia e seus empreendimentos também chamaram a atenção de Gilberto Freyre (1900-1987), que afirmou: “Está ainda por ser escrito o estudo biográfico que integre essa curiosa figura de ‘self-made man’ na época e no meio mais incisivamente alcançados pelo seu arrojo e pela sua inteligência” (*Ordem* 663). A concepção de Gouveia como um “self-made man” provavelmente foi discutida em diálogos com o já citado Oliveira Lima, de quem Freyre foi hóspede em suas viagens pelos Estados Unidos e em Portugal, além de um correspondente corriqueiro durante alguns anos (Gomes 13–14). Leitor do velho diplomata, Freyre parece ter nutrido semelhante admiração por Gouveia, a ponto de indicar o prédio da Vila Anunciada para primeira sede do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Em dois livros de Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso* e *O Velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti*, publicados pela primeira vez em 1959, Delmiro aparece brevemente. No primeiro deles, o intelectual pernambucano aponta a Vila Anunciada, a conhecida residência de Gouveia, como um local de destaque no Recife oitocentista. A Vila era um “palacete com banheiro quase imperial de mármore: palacete a que deu um tanto liricamente o nome da esposa” (Freyre, *Ordem* 663). O “Mestre de Apipucos” classifica Gouveia como um dos “novos ricos,” “novos poderosos” que o Recife viu surgir ao final dos oitocentos. Era mais um dos desorientados sobre o que fazer com o dinheiro, o poder e a cultura adquiridos às pressas. Para Freyre, embora dono de dinheiro farto, Gouveia era um novo rico desnordeado e mal educado. Um exemplar dos homens que trariam

o progresso a Pernambuco, mas também representavam o fim de um mundo agrário, arcaico e mais harmônico.

Por sua vez, *O Velho Félix* consiste nos registros de Félix Cavalcanti, editados pelo autor de *Casa Grande & Senzala* e por seu primo Diogo de Melo Meneses. O livro encerra uma série de impressões sobre acontecimentos da vida do Recife e do Brasil. Prefaciando a obra, Freyre explicou que havia lido documentos familiares e o *Livro de Assentos* de Cavalcanti, “[. . .] um vasto caderno guardado com carinho por sua filha Maria Cavalcanti de Albuquerque Melo (Iaiá)” (*O Velho Félix* XXVII). Em suas lembranças, produzidas tempos depois dos fatos que presenciou ou dos quais foi contemporâneo, o velho Cavalcanti demonstra indignação com o incêndio do Mercado do Derby, concebido como símbolo de um tempo, síntese do empreendedorismo de Delmiro. O mercado fora incendiado na noite de 1º de janeiro de 1900. Félix anotou em seu livro de memórias: “[. . .] amanheceu o dia 2 de janeiro [. . .] sob a mais dolorosa impressão causada pelo incêndio do Derby.” E explica: “O que era o Mercado do Derby? Um monumento. Uma obra tal que me dizem que um alemão indo visitá-lo disse que o Brasil não estava em condições de possuir uma obra daquele porte.” Cavalcanti se mostra indignado com o fato de que, além de ter o negócio destruído, Delmiro ainda é preso. Após o incêndio destruir o mercado, Gouveia foi preso sob a acusação de ter sido o mandante do crime. O objetivo para tal seria o recebimento do seguro do Derby.⁹ Para tanto, conta o narrador, foi enviado um “aparato de exército” para aprisionar o comerciante: “50 praças de polícia convenientemente municadas às ordens do Alferes Feitosa. Feitosa até há pouco tempo ocupava-se em entregar pão das padarias: agora é alferes; isto é, progresso republicano!” (Freyre, *O Velho Félix* 134). Nas palavras de Cavalcanti passeiam juntos a ojeriza pela República e a simpatia por Gouveia.

As transformações atribuídas à República indignam o velho Félix. Para ele, melhor seria se houvesse na ocasião um levante popular liderado por “[. . .] um daqueles homens que existiram até a revolução de 48.”¹⁰ Incomodava a Cavalcanti a idéia de que um mercado, aplaudido por um alemão, estava em chamas pela ação de homens que, em sua ótica, punham fogo também no progresso de Pernambuco, alimentavam o clientelismo e negavam espaço a inovações. A sua indignação com a rápida ascensão de Feitosa, que pula de entregador de pães para alferes, numa clara referência aos vícios mantidos pela

República, se aproxima da descrição quase indiferente feita por Freyre a “Delmiro Gouveia, que de pequeno chefe da estação de estrada de ferro suburbana subiu quase da noite para o dia nos primeiros anos da República a grande industrial” (*Ordem* 663). Ainda assim, estes saltos do comerciante cearense entre as classes sociais--de simples funcionário da Brazilian Street a rico e poderoso comerciante--foram minimizados num momento em que Freyre procurava elementos para atestar a força de Pernambuco no contexto nacional. Embora ironizasse a origem e a pouca formação de Gouveia, *Sir* Freyre arrumou um lugar para Delmiro que, apesar de cearense, novo rico e desnor-teado, estava entre os representantes da *pernambucanidade* que o sociólogo de Apipucos caracterizava como “um ânimo, um estilo ou um modo de ser brasileiros diferentes” (“O estado” 7).

Enquanto Graciliano Ramos via nos truques do sertanejo Gouveia partes essenciais de um itinerário redentor, Freyre apresentou observações mais comedidas, menos preocupadas com os custos sociais das artimanhas de Delmiro, do que com a cristalização de um tempo de progresso que Pernambuco viveu. E, assim, entre registros de figuras como o “Papai-Outro,” em crônicas como as de Graciliano e Mário de Andrade, cristalizou-se a memória de Delmiro Gouveia “modernizador.” Todavia, é importante observar a variedade de interpretações feitas sobre a mesma personagem. Em meio a diários, cartas, textos jornalísticos, contos, o comerciante cearense sobreviveu e, ao contrário do que disse Graciliano, não foi eclipsado de forma tão eficaz. Sendo assim e considerando as fontes como espelhos deformantes (Ginzburg, *O queijo* 17, 20), como entender o olhar sobre Delmiro? Como esta personagem, em determinados momentos, ganhou tanto espaço na produção cultural brasileira? Por quais motivos o seu nome passou a ser associado ao desenvolvimento regional e a quem interessa a construção de Gouveia como um ícone?

Talvez, tais questionamentos devam ser pensados no interior da lógica construtora da identidade regional e da resposta ao descompasso do Nordeste frente ao ritmo de industrialização do Sul e Sudeste do Brasil. Em tempos distintos, retomar a memória de Delmiro era apontar um exemplo que não foi seguido (como aparece em Mário de Andrade), o desenvolvimento latente e esporádico do sertão e o peso da vida sobre extrema disciplina (tal qual nos sugere Graciliano Ramos) ou ainda realizar a apropriação de um ícone identitário (como em Gilberto Freyre). As intervenções realizadas sobre a memória de

Gouveia por estes intelectuais colocaram em movimento um conjunto de representações que articulavam o discurso nacionalista ao problema do desenvolvimento regional e tomavam as experiências modernizadoras do “coronel” como exemplos da viabilidade econômica do Nordeste. Uma leitura forjada provavelmente não por ficcionistas dos oitocentos, mas por intelectuais do século XX nascente—como Chateaubriand e Oliveira Lima—que ainda conviviam com os ecos de problemas como Canudos, Juazeiro e os estereótipos deles resultantes.

Por outro lado, esta visita a algumas narrativas produzidas no século XX indicia que, presente em diferentes textos, nos quais ora ocupa centro, ora periferia, Delmiro transformou-se num mito, um ícone regional. Entre outras leituras possíveis, Gouveia representaria o nordestino que se contrapõe a um mundo de práticas arcaicas, inicia um processo modernizador e é morto por isto. O próprio atrelamento do seu assassinato à perseguição do capital estrangeiro sinaliza para um caráter fatalista da história. A saga de Gouveia aparece assim talhada, de um lado, pelo significativo peso das disputas econômicas e da inserção dos sertões nesta órbita e, por outro, pelas condições culturais de uma sociedade resistente às inovações que ele sintetizava nas narrativas dos letrados aqui observados. As implicações desta representação não são poucas. Uma delas, presentes em alguns textos aqui apresentados, é a de que ao barrar Delmiro e seus projetos, em lugar dos “tempos modernos,” o Nordeste trouxe para si o atraso como castigo.

Notas

1. Um estudo que permanece emblemático acerca das imagens do Nordeste em diferentes manifestações (literatura, artes plásticas, música e cinema) é o trabalho de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *A Invenção do Nordeste e outras artes*.

2. Os dois movimentos, Canudos (1893-1897) e Juazeiro, marcam a história republicana em seus primeiros momentos. Por um lado, havia o choque provocado em Canudos, no sertão baiano, entre as forças governamentais e os camponeses liderados pelo beato Antônio Conselheiro. Por outro, a crescente influência religiosa e política de Cícero Romão Batista, o Padre Cícero, sediado em Juazeiro, na região do Cariri, Ceará, os sertões do Nordeste despertavam a curiosidade e, ao mesmo tempo, circulavam na imprensa escrita como palcos

de barbárie. Todavia, Marco Antônio Villa esclarece que embora os problemas em Canudos tenham parecido maiores quando foi levantada a hipótese de que Padre Cícero, em desavenças com o bispo de Fortaleza desde 1896, se uniria a Antônio Conselheiro, deve-se perceber as dessemelhanças entre os dois casos: “Apesar de o padre Cícero estar em conflito com a Igreja, o mesmo não ocorria em relação ao Estado e à classe dominante da região” (181). Rui Facó traça um perfil também dessemelhante do padre frente ao beato: “o sacerdote, apontado como milagreiro, conseguiu ser, por um longo período, ditador de almas, chefe político local, vice-governador do Estado, deputado federal eleito que recusou a assumir a cadeira para não abandonar seu aprisco, tornou-se proprietário territorial” (124).

3. Delmiro Gouveia. *Revista da Semana*. 20 out. 1917.18.

4. Neste aspecto, cabe observar as considerações de Manuel Cavalcanti Proença: “E esse espírito de aventura do brasileiro, contrapondo-se ao trabalho, não é invenção de Mário de Andrade mas observação de sociólogos eruditos falando sério, mestres como Sérgio Buarque de Hollanda” (12).

5. De acordo com Câmara Cascudo, Macunaíma é “[. . .] entidade divina para os macuxis, acavaís, arecunas, taulipangues, indígenas caraíbas, a oeste do platô da serra de Roraima e Alto Rio Branco, na Guiana Brasileira” (347). Como esclarece Cavalcanti Proença, tanto o nome de Macunaíma quanto o de seus irmãos se refere ao herói indígena cujo nome aparece pela primeira vez em 1868, em trabalho de W.H. Brett acerca dos silvícolas da Guiana: “Desconhecendo a verdadeira personalidade, os missionários usaram o nome Macunaíma para traduzir o de Deus, nos catecismos, conforme o testemunho de Capistrano de Abreu, Herbert Baldus e do próprio Amoroso Lima” (8). É ainda Câmara Cascudo quem explica que, com o passar do tempo, Macunaíma foi-se tornando um “[. . .] misto de astúcia, maldade instintiva e natural, de alegria zombeteira e feliz” (347).

6. A revista *Cultura Política* foi idealizada pelos agentes culturais do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o objetivo de reunir textos de diferentes intelectuais em uma só publicação que ressaltaria a unidade em torno do projeto estadonovista. Pagando bem pelos textos nela publicados, a revista atraiu diversos intelectuais. Sobre isto ver Mônica Pimenta Velloso *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*.

7. A tradição euclidiana, baseada em amplo lastro documental, concebe o realismo na escrita como uma necessidade do narrador. Durante o Estado Novo (1937-1945), esta concepção foi ressaltada com vistas a sedimentar um discurso homogêneo em torno do nacional. Sobre a postura diferenciada dos intelectuais ver Mônica Pimenta Velloso, “A literatura como espelho da Nação.”

8. A existência de repertórios de imagens comuns a uma determinada tradição é explorada habilmente por Carlo Ginzburg em um curioso artigo, “Um lapso do Papa Wotjla.”

9. Gouveia respondeu a tais acusações pela imprensa, informando que, apesar dos problemas nos negócios, a sua situação financeira era muito boa. Em 4 de janeiro de 1900, Gouveia escreveu uma carta, que providenciou que fosse publicada, no dia seguinte, no jornal *A Província*. Nela ele afirma: “Não devo a pessoa alguma e nos meus bens de raiz há dez ou quinze vezes mais da soma precisa para cobrir minhas obrigações de comerciante e industrial, dada a hipótese que hoje findasse o prazo de todas e elas são em pequeno número”(Menezes 106).

10. A referência feita aos “homens de 48” é uma evocação dos líderes da Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco. Tendo início em setembro de 1848 e se estendendo até 1850, a Praieira compreendeu “[. . .] o clímax de um confronto entre grupos liberais (praieiros) e conservadores (guabirus) pelo domínio da província,” como escreveu Izabel Marson (223). Entre os seus principais líderes estavam Peixoto de Brito, Borges da Fonseca, Pedro Ivo, Afonso Ferreira, Manuel Pereira de Moraes. O nome atribuído ao movimento deriva do Partido Nacional de Pernambuco, também chamado de Partido da Praia, que obteve apoio considerável dos eleitores primários do Recife. O movimento se tornou um símbolo da resistência liberal contra a ascensão conservadora e ganhou destaque na historiografia sobre o Império no Brasil.

Obras citadas

- Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- Andrade, Mário de. *A Lição do Amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1982.
- . *Macunaíma*. 33rd ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2004.
- . “O grande cearense.” *Os filhos da Candinha*. São Paulo: Martins Editora, 1976. 39–44.
- . “Prefácio 1926.” 20 de outubro de 2005 <<http://acd.ufrj.br/pace/macunaíma.html>>.
- Cascudo, L. Câmara. *Dicionário Brasileiro de Folclore*. Ver. Atua. 9 ed. São Paulo: Global Editora, 2000.
- Chateaubriand, Assis. “Uma resposta a Canudos.” *Diário de Pernambuco*. 10 Set. 1917: 03.
- “Delmiro Gouveia.” *Revista da Semana*. Obituary. 20 Oct. 1917: 18.
- Facó, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

- Freyre, Gilberto. “O estado de Pernambuco e sua expressão no poder nacional: aspectos de um assunto complexo.” *Biblioteca Virtual Gilberto Freyre*. 12 Set. 2004 <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/frances/obra/opusculos/o_estado.html>.
- . *O Velho Félix e suas “memórias de um Cavalcanti.”* Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- . *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes*. Trans. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- . “Um lapso do Papa Wotjla.” *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trans. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 219-228.
- Gomes, Ângela Castro. “Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre.” Org. Ângela Castro Gomes. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 51-76.
- Lima, Manuel de Oliveira. “Um passeio a Paulo Afonso (I).” *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971. 427-435.
- Marson, Izabel A. “29 de setembro de 1848: Revolução Praieira.” Org. Circe Bittencourt. *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006. 223-228.
- Martins, F. Magalhães. *Delmiro Gouveia: pioneiro e nacionalista*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.
- Menezes, Olympio. *Itinerário de Delmiro Gouveia*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1963.
- Morais, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Proença, M. Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. 3rd ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- Ramos, Graciliano. “A propósito da seca.” *Linhas Tortas*. São Paulo: Record, 1977. 132-134.
- . “Recordações de uma indústria morta.” *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 1977. 113-116.
- . *São Bernardo*. 86 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- Velloso, Mônica. “A literatura como espelho da Nação.” *Estudos Históricos* (1988): 239-263.
- . *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987.
- Villa, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999.